

90 anos do Manifesto dos Pioneiros: por que reescrevemos continuamente a história?

The 90th anniversary of the Pioneers Manifesto: why do we continually rewrite history?

Marisa Bittar¹
Universidade Federal de São Carlos
bittar@ufscar.br

Resumo: Baseado na análise de conteúdo e de contexto histórico, este artigo apresenta um estudo comparativo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) com objetivo de discutir duas influentes interpretações que vêm marcando a área educacional brasileira. Tais interpretações são objeto da análise pelo fato de constarem de dois dos mais lidos livros dessa área, o de Otaíza Romanelli, *História da Educação no Brasil*, e o de Dermeval Saviani, *Escola e Democracia*. Expressando entendimento diverso um do outro sobre o Manifesto, ambos já ultrapassaram 40 edições. O referencial teórico empregado no artigo é composto pela teoria da História, a saber, a relação entre o passado, presente e o futuro, e a razão de a história ser continuamente reescrita. Esse método permitiu elucidar o ponto central da divergência entre os dois autores e chegar às razões da contínua reinterpretação do Manifesto dos Pioneiros ao longo dos seus noventa anos de existência.

Palavras-chave: Manifesto dos Pioneiros; História da educação brasileira; escola pública.

Abstract: Based on the analysis of content and historical context, this article presents a comparative study on the Manifesto of the Pioneiros da Educação Nova (1932) in order to show two influential interpretations that have marked the educational area in Brazil. Such interpretations are the object of analysis because they appear in two of the most read books in this area, the one by Otaíza Romanelli, *História da Educação no Brasil*, and the one by

¹ Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil.

Dermeval Saviani, *Escola e Democracia*. Expressing different understandings of the Manifesto, both of them already surpassed 40 editions. The relationship between past, present and future, as well as the assumptions about why we constantly rewrite history, make up the theoretical framework used in the article. This method allowed us to elucidate the central point of the divergence between the two authors and show the reasons for the constant reinterpretation of the Manifesto of the Pioneers throughout its ninety years of existence.

Keywords: Manifesto of the Pioneers; History of Brazilian Education; state school.

Introdução

Completar noventa anos de um manifesto nos remete à reflexão do por que voltarmos a acontecimentos ou processos inconclusos da história buscando neles compreensão que ainda não tínhamos. Essa busca, esse vai e vem incessante da reflexão histórica, também nos faz pensar sobre as razões de certos passados serem mais lembrados do que outros. Enquanto alguns caem no esquecimento, outros estão mais em cena evidenciando o fato de que quem os convoca é sempre o presente. Em outras palavras: se um determinado passado não for trazido ao presente, não existirá para nós.

Desse modo, difícil é dizer se um passado é mais importante que outro. O que podemos afirmar é que a lógica política do presente é o fator que faz com que evoquemos um determinado passado enquanto relegamos outros às sombras longínquas do tempo. Assim, um passado esquecido, não significa um passado inexistente, mas tão somente um passado que o presente não tem interesse em evocar. Dito em outras palavras: muitos passados são deliberadamente esquecidos, seja por razões políticas ou não. Desse modo, ele só pode existir para nós se o presente o trazer de volta, portanto, nessa perspectiva, ele depende de nós, sujeitos do presente.

A propósito, no livro *História e verdade* que inspirou o sub-título deste texto, Adam Schaff indaga: por que reescrevemos continuamente a História? Para o autor, há duas explicações diferentes sobre o fenômeno. 1. a reinterpretação da História é função das necessidades variáveis do presente; 2. A reinterpretação da História é função dos efeitos dos acontecimentos do passado emergindo no presente. Ou seja, as nossas necessidades ou interesses presentes determinam a busca do passado e nós o reinterpretemos continuamente dependendo de como os seus efeitos chegam até nós. Para Schaff:

Se as atitudes e opiniões dos historiadores são função das condições e necessidades atuais da vida social, uma mudança nessas condições e nestas necessidades é inevitavelmente seguida de uma mudança nas atitudes e nas opiniões dos historiadores. (SCHAFF, 1987, p. 270).

Se a História é função dos interesses do presente, uma variante dessa concepção seria aquela segundo a qual a visão do passado é função dos objetivos que traçamos para o futuro. Concepção essa que não nos coloca em posição contemplativa do passado, mas frente aos desafios do futuro. Jean Chesneaux, no instigante livro *Devemos fazer tábula rasa do passado?* suscitou essa reflexão ao criticar a ideia segundo a qual, para alguns historiadores, a História domina os homens a partir de um lugar externo, exercendo sobre eles uma autoridade suprema e diante da qual devemos nos inclinar docilmente. Nessa concepção, é o passado que comanda o presente. No entanto, evocando Marx, acrescenta: Chesneaux:

A história não faz nada, ela não possui nenhuma imensa riqueza, ela não trava nenhuma batalha. É sobretudo o homem, o homem realmente vivo, que executa tudo, que domina e que luta. Se o passado conta é pelo que significa para nós (CHESNEAUX, 1995, p. 22).

Essas considerações teóricas inspiram a indagação sobre o que significa para nós o Manifesto de 1932. Por que voltamos a ele? As teorias sobre o papel da História, sobre a relação entre passado, presente e futuro podem esclarecer o significado de voltarmos a determinados pontos do nosso passado, como é o caso dessa reflexão sobre os noventa anos do Manifesto dos Pioneiros que tem por objetivo comparar duas interpretações divergentes entre si sobre esse documento e que correspondem a dois dos mais lidos livros na área da Educação: **Escola e democracia**, de Dermeval Saviani e **História da Educação no Brasil**, de Otaíza Romanelli. A importância de ambos pode ser medida pelo número de edições que já alcançaram sendo legítimo afirmar que, por isso, exercem grande influência nos cursos de Pedagogia e de formação de professores além de pesquisadores de modo geral. Os dois livros dedicam páginas importantes ao Manifesto de 1932 disseminando interpretações que vem marcando a área da Educação. Por essa razão são objeto de reflexão deste artigo que discute também a razão de o Manifesto ter ou não ter sido celebrado ao longo desses noventa anos de existência.

O Manifesto dos Pioneiros, sua época e seu futuro

O Manifesto dos Pioneiros foi lançado em 1932, mas engendrado na década anterior, uma das mais ricas em manifestações culturais e políticas do século XX, e, pelo menos no nível da proposição, respondia expectativas de um novo Brasil. De fato, foi a década de 1920 com sua efervescência política que definiu os rumos da sociedade brasileira e o tipo de Estado que teríamos após 1930. Ela gerou o tenentismo e a crise das oligarquias tradicionais; movimentos artísticos e literários que inauguraram uma nova interpretação do Brasil; a representação política do nascente operariado urbano; e no terreno educacional, a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE, 1924), que viria a ser reduto da Escola Nova. A pedagogia ativa e todo o ideário oriundo da concepção de John Dewey passou a rivalizar com o pensamento católico engendrando o que poderíamos chamar de século de debates e reformas na educação brasileira.

A criação da Associação Brasileira de Educação correspondia, no campo da educação, à contestação político-ideológica que ocorria em outros setores da vida social durante a década de 1920. Como é sabido, em 1918 teve início o movimento tenentista, expressão das novas camadas médias urbanas brasileiras, que colocou em xeque a República dos coronéis (1889-1930) e expôs um rol de reivindicações centradas na moralidade política e no voto secreto; em 1922, um grupo de operários fundou o Partido Comunista Brasileiro, primeira expressão organizativa da classe trabalhadora urbana brasileira; também naqueles anos aconteceu a Semana de Arte Moderna, um marco na história da arte brasileira do século XX.

Em um país que adentrara o século XX quase sem escolas e no qual a ordem social estabelecida relegava a maioria da população a uma vida sem direitos às políticas públicas, a educação começou a constar de pautas políticas partidárias, conforme mostrou Amarílio Ferreira Jr. no artigo “O Bloco Operário-Camponês e a educação”. Segundo ele, naquele contexto: “O Partido Comunista Brasileiro organizou o Bloco Operário-Camponês para concorrer às eleições presidenciais de 1928 e no seu programa constava uma pauta sobre a educação” (FERREIRA Jr., 1990, p. 2). De fato, Astrojildo Pereira assim tratou o assunto nas eleições de 1928:

Ensino e educação – nas questões referentes ao ensino público, os candidatos do Bloco Operário-Camponês bater-se-ão não só pela extensão e obrigatoriedade do ensino primário, como ainda, completamente: a) pela ajuda econômica às crianças pobres em idade escolar, fornecendo-lhes, além do material escolar, roupa, comida e meios gratuitos

de transporte; b) pela multiplicação das escolas profissionais de ambos os sexos como uma continuação necessária e natural das escolas primárias de letras; c) pela melhoria nas condições de vida do professorado primário, cuja dedicação à causa do ensino primário público deve ser melhor compreendida e compensada; d) pela subvenção às bibliotecas populares e operárias (PEREIRA, 1979, p. 121).

O programa, como se vê, demonstra preocupação com escola primária para as crianças da classe trabalhadora, uma vez que esse nível de ensino chegava apenas a uma pequena parcela da população que habitava as cidades brasileiras, ao passo que a maioria residia na área rural, situação que predominaria até a metade do século. Além disso, reivindicava também escolas profissionais para meninos e meninas em continuidade à de “letras”, isto é, de alfabetização.

Quatro anos depois, surgiu o Manifesto dos Pioneiros como resposta a Getúlio Vargas sobre o sentido pedagógico da Revolução de 1930. Redigido por Fernando de Azevedo, seus vinte e seis signatários representavam a intelectualidade liberal das classes médias, exceto Paschoal Lemme, que se definia como “um espírito contestatário, de ânsia de liberdade e procura permanente da justiça entre os homens”, fato que o levou “a caminhos mais difíceis e inesperados” (LEMME, 2004, p.178). Esses caminhos incluíram leituras marxistas, engajamento político pelas causas da educação e inclusive uma prisão sem que ele, contudo, tivesse se filiado ao Partido Comunista Brasileiro, por considerá-lo uma “entidade de caráter secreto, misterioso, uma espécie de Maçonaria” (LEMME, 2004, p. 180) de cuja existência real ele nem mesmo tinha muita certeza além de definir a si mesmo como de “temperamento e formação pequeno-burguesa, individualista”, que o tornavam “avesso a qualquer tipo de arregimentação” (LEMME, 2004, p. 180).

A educação brasileira na época contava com hegemonia do pensamento católico e, desde a criação da ABE, começou a ser marcada também pela concepção que ficou conhecida como Escola Nova e cujo maior teórico foi o norte-americano John Dewey. Assim, os anos de 1920 germinaram movimentos que promoveriam um novo desenho na vida político-social brasileira, constituindo-se em uma década decisiva da história do Brasil. De certo modo, podemos dizer que ela forneceu o fermento ideológico para o que viria acontecer nas décadas posteriores, especialmente nos anos de 1930, época de alta efervescência e tensão política na qual a educação foi arena de disputas ideológicas,

A partir de sua divulgação, em 1932, as principais teses do Manifesto dos Pioneiros, como estatalidade, obrigatoriedade, gratuidade, co-educação, e laicidade, passaram a ser rejeitadas por setores

conservadores do pensamento católico brasileiro, temerosos da perda de sua hegemonia. A disputa verbal chegou a gerar qualificativos de subversivo e comunista para designar o oponente.

Dispensando importância capital à educação, a primeira frase do Manifesto de 1932 é emblemática: “Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional”. (Azevedo e outros, 1960, p. 108). Essa forma de encarar a educação, isto é, como instrumento da reforma da sociedade tinha evidente inspiração na concepção que se convencionou designar idealista e cujas raízes provinham de Amos Comenius com seu célebre entendimento de que todas as reformas da sociedade dependiam da reforma da educação. Não foi esse o aspecto combatido na polarização ideológica de então, mas sim a defesa de uma educação laica, integral, pública, universal e igual para meninos e meninas. De pronto, essas teses suscitaram reações conservadoras.

Conforme escreveu Carlos Jamil Cury, “o impasse se dá nas versões ideológicas a que os grupos em conflito se apegam a fim de obter o consenso nacional e impor-se à nação, sem alterar as bases fundamentais do sistema existente” (CURY, 1978, p. 129-130). Para Ester Buffa, da mesma forma, o conflito principal, até a aprovação da LDB de 1961, passou a ser entre escola pública e escola particular, sendo a primeira representada, de modo geral, pela Igreja Católica e a segunda, pelos defensores das ideias contidas no Manifesto dos Pioneiros. O embate ideológico, segundo ela, foi muito acirrado especialmente nos anos de 1956 a 1961, com ataques diretos aos principais signatários do Manifesto, especialmente a Anísio Teixeira, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). A autora cita um discurso do deputado Fonseca e Silva pronunciado em 1956 no Congresso Nacional advertindo o Ministro da Educação da época contra “as influências do pragmatismo columbiano [referente a Dewey], do materialismo dialético, ancoradas na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos” (BUFFA, 1979, p. 21). O excerto permite concluir que, no contexto de polarização ideológica em que vivia o Brasil, ser adepto das teses do Manifesto equivalia a ser adepto do materialismo dialético! Um absurdo em si, pois o empenho de Dewey foi adequar a educação ao desenvolvimento industrial norte-americano, isto é, capitalista, e também fazer da educação veículo para democratizar a sociedade.

Depois da tumultuada década de 1930, as principais teses do Manifesto dos Pioneiros foram retomadas no contexto final da ditadura Vargas quando uma nova Constituição passou a ser discutida. Elas alimentaram os debates e embates inerentes à tramitação da LDB e de sua aprovação pelo Congresso Nacional, em 1961. Depois disso, sobreveio a ditadura militar (1964-1985) que novamente reprimiu o

debate, fato que talvez explique o motivo de o Manifesto não ter sido comemorado quando completou os seus cinquenta anos (1982). Se voltarmos às reflexões iniciais deste texto, podemos concluir que naquele ano esse passado educacional era pouco presente entre as ideias inspiradoras contra a ditadura. De um lado porque o debate pedagógico estava em refluxo desde o golpe militar e, por isso, o próprio pensamento de Dewey, com ênfase no papel da escola para democratizar a sociedade, não constava dos currículos de formação de professores; de outro porque o campo organizacional da educação começava a ser reorganizar exatamente no começo da década de 1980, como foi o caso da primeira Conferência Brasileira de Educação (CBE) que, inclusive, propiciou a palestra que originaria o livro de Dermeval Saviani.

Além do autoritarismo em si, a política educacional do regime militar pautou-se pela teoria do capital humano que entende a educação como investimento, seja do Estado seja do indivíduo, em favor de si mesmo. Isso explica, por exemplo, a duplicação da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos na Reforma de 1972. Em decorrência dela, os vinte e um anos de ditadura militar geraram uma nova categoria de professores, fruto dos cursos privados e noturnos, em sua maioria, sem conhecimento das ideias pedagógicas de Dewey². Por isso, foi surpreendente a afirmação de Dermeval Saviani, em 1982, segundo a qual a cabeça da maioria dos professores era "escolanovista".

Terminado o regime militar, o campo educacional se reorganizou, a pesquisa se fortaleceu e entidades representativas da área foram criadas fazendo dos anos de 1980 um período de efervescência que lembra a década de 1920. Na sequência, a década de 1990 expandiu e consolidou a Pós-Graduação em Educação e nesse percurso o Manifesto dos Pioneiros constituiu-se em um dos principais temas de pesquisa da área. Esse fato explica a comemoração dos seus setenta anos em 2002. O livro *Manifesto dos Pioneiros da educação: um legado educacional em debate* comprova esse novo contexto em que diferentes interpretações foram confrontadas como também reavaliado o seu alcance.

Em 2022, completando noventa anos, o Manifesto passou despercebido ante o contexto polarizado das eleições presidenciais no País. Mas não deixa de ser significativo o fato de que a frente ampla que se formou em apoio à eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tenha reunido seus adversários do passado dentre os quais os liberais, os chamados neoliberais da década de 1990 e até mesmo políticos que no passado

² Valho-me aqui de minha própria experiência formativa nas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, hoje Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, na qual graduei-me em História. Participando da frente política contra a ditadura militar, posso atestar que o pensamento de Dewey não era objeto do currículo na formação de professores nem de inspiração no movimento estudantil ou docente dos quais participei na época.

apoiaram o regime militar. Essa circunstância imposta pela vida, não torna pueril a rejeição aos liberais de 1932?

Duas interpretações divergentes

Sendo o Manifesto dos Pioneiros um tema ao qual foram dedicados livros e teses que já se tornaram referências na pesquisa em educação brasileira, a minha contribuição neste artigo não se baseará nas obras elaboradas no âmbito da Pós-Graduação e sim no impacto de dois livros com maior número de edições que circulam principalmente em cursos de Pedagogia e suas respectivas interpretações sobre o assunto. São eles: *História da Educação no Brasil* (1930- 1973), de Otaíza de Oliveira Romanelli e *Escola e democracia*, de Dermeval Saviani.

O primeiro deles, *História da Educação no Brasil* (1930- 1973), foi publicado em 1978. Em 2014 alcançou a 40^a edição. Um dos livros mais disseminados nos cursos de graduação em Pedagogia mas com pouco ou mínimo trânsito na Pós-Graduação, âmbito no qual é considerado “tradicional”³. Levando em conta que atualmente a mensuração do impacto de uma obra nos meios acadêmicos se faz principalmente pela sua incidência em citações de teses, dissertações, artigos, e também em fóruns congressuais, um livro como esse, por não circular, ou circular minimamente nesses meios, é de difícil percepção sobre seu impacto, a não ser por meio de observação direta nos cursos de Pedagogia e, obviamente, pelo número de suas edições. Por não ter sido reconhecido no âmbito da Pós-Graduação, mas considerado um manual para a Graduação, é difusa a influência desse “livro verdinho muito bom” (SEGENREICH, 2002, p. 872), assim denominado por uma professora anônima à mãe de Otaíza Romanelli após o seu trágico falecimento em um acidente de automóvel na estrada de Belo Horizonte para Londrina, onde iria passar o Natal com os pais, conforme registrou sua biógrafa Stella Garcia Segenreich. Desse modo, Otaíza Romanelli (1944-1978), que ao falecer era professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), permanece como autora de um único livro, que, no entanto, vem perpetuando seu nome na história da educação brasileira. Isso prova que a lógica de publicação de artigos em interregnos tão curtos e ritmo acelerado como ocorre hoje não é garantia alguma de que sejam lidos.

³ Essa afirmação decorre da minha experiência e observação direta durante longos anos como professora de História da Educação em cursos de Pedagogia e de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal São Carlos (UFSCar).

Com prefácio de Francisco Iglésias, a única mudança editorial nesse livro de 267 páginas é hoje uma nova capa (não mais a “verdinha”). Fruto de seu doutorado em Educação pela Sorbonne, o livro de Otaíza não é apenas um levantamento dos principais fatos da educação brasileira após 1930, pois, em suas análises buscou apoiar-se sobretudo na teoria da dependência partindo do que é cultura, educação, estrutura de poder e, finalmente, desenvolvimento. No prefácio, o historiador mineiro, Francisco Iglesias, considerou a sua análise sobre o Manifesto dos Pioneiros como capacidade de apreensão do caráter ideológico do ensino e do sentido das reformas como interesse de grupos, citando um excerto do livro: “A luta pela escola no Brasil, a contar do momento em que passou a crescer a demanda social de educação, assumiu, a nosso ver, o caráter de verdadeira luta de classes” (IGLÉSIAS, 1986, p. 11). Além disso, segundo ele, ao lado do aspecto quantitativo, destaca-se o qualitativo, com firmes conclusões tiradas às vezes da simples letra do documento, como fez a autora no caso do Manifesto. Outro exemplo dessa capacidade e sutileza de análise é a contestação de Otaíza à afirmativa de Fernando de Azevedo sobre a Constituição de 1937 como a mais democrática por causa do ensino profissional: “Não observou que, oficializando o ensino profissional, como ensino destinado aos pobres, estava o Estado cometendo um ato lesivo aos princípios democráticos: estava o Estado instituindo oficialmente a discriminação através da escola” (ROMANELLI, 1986, p. 153).

A abordagem do Manifesto e do movimento renovador no livro de Otaíza Romanelli consta da página 128 a 153. Inicia com a questão religiosa nas Constituições Brasileiras, problema central para a autora pelo retrocesso em relação à primeira Constituição republicana (1891). De acordo com ela, o Manifesto e as lutas que inspirou se enquadram nesse problema (hegemonia da Igreja Católica). A autora destaca três aspectos principais do Manifesto de 1932: laicidade, obrigatoriedade do Estado em manter a educação, e co-educação. A partir dessas reivindicações, dois grupos se definiram: reformadores e Igreja Católica. A intransigência desta foi encarada pelos primeiros como defesa da escola tradicional. Relacionando o documento ao seu contexto, as lutas ideológicas geradas por essa situação eram as que a sociedade brasileira tinha de enfrentar “no início do novo regime” (ROMANELLI, 1986, p. 144). Retrocedendo, ela afirma que o movimento reformador, quanto ao campo teórico, era confuso e caracterizava-se por “uma mistura de doutrinas” (ROMANELLI, 1986, p. 144), fato evidenciado pelo pedido do governo Vargas, em 1931, acirrando diferenças no seu interior e levando seus líderes a precisar os princípios que o embasavam dando origem, assim, ao texto que ficou conhecido simplesmente como Manifesto de 1932.

Ao analisar o seu conteúdo, a autora sustenta que ele começa “estabelecendo a relação dialética que deve existir entre educação e desenvolvimento, colocando aquela, porém, numa situação de primazia no que

respeita aos problemas nacionais” (ROMANELLI, 1986, p. 145). Segundo ela, o Manifesto situa a educação no processo de desenvolvimento e representa a ideologia dos renovadores, uma tomada de consciência e um compromisso. Mas por refletir as incoerências do período, exhibe também suas inconsistências, por exemplo, ao mesmo tempo em que apresenta “concepção avançada da educação e suas relações com o desenvolvimento (..) permanece no terreno do romantismo” (ROMANELLI, 1986, p. 145) e nisso se aproxima da concepção liberal e idealista dos educadores românticos do século XIX. Essa incoerência, prossegue Romanelli, é tanto maior quanto reconhece a necessidade de se transferir do terreno administrativo para o dos planos político-sociais a solução dos problemas escolares. Um de seus fundamentos principais é reconhecer que o momento histórico pedia que a educação se convertesse de uma vez por todas em um direito, contestando-a como privilégio de classe, mas sem, contudo, recusar a contribuição da iniciativa particular.

Segundo Otaíza,

O Manifesto toca profundamente no aspecto político da educação e, ao abordá-lo, toma partido em favor de uma ação vigorosa do Estado (...) reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a co-educação, reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação, e ao Estado o dever de assegurá-la de forma que ela seja igual e, portanto, única para todos quantos procurem a escola pública (ROMANELLI, 1986, p. 147).

Nesse ponto, a autora reproduz o trecho do Manifesto sobre a escola oficial única, “em que todas as crianças, de 7 a 15 anos, todas ao menos que, nessa idade, sejam confiadas pelos pais à escola pública, tenham uma educação comum, igual para todos” (Manifesto. In: ROMANELLI, 1986, p. 147).

Além disso, a autora assinala que o Manifesto “apresenta a novidade de vislumbrar a educação como um problema social” (ROMANELLI, 1986, p. 146), o que era avançado para a época, principalmente porque a sociologia aplicada à educação era uma ciência nova na época. Para ela, até então no Brasil, a educação “não tinha sido objeto de cogitações, senão de ordem filosófica e estritamente administrativa” (ROMANELLI, 1986, p. 150). Vislumbrar a educação como problema social representava tanto uma abordagem nova (sociológica) quanto “uma tomada de consciência, por parte dos educadores, até então praticamente inexistente” (ROMANELLI, 1986, p. 150). Reconhecendo que tal abordagem se devia à influência de correntes europeias e norte-americanas desde a década de 1920, Otaíza constata a “presença incontestável, no Manifesto, na parte referente aos fundamentos da Educação Nova, do pensamento de Dewey acerca do papel do interesse no processo educativo” (ROMANELLI, 1986, p. 150), sendo essa a

primeira e única vez que ela faz alusão ao movimento das escolas novas e a John Dewey. Quanto ao método, faz também uma única referência:

Para o Manifesto, o método científico, aplicado ao estudo dos problemas educacionais, acabou gerando uma nova concepção de educação segundo a qual é o educando, com o seu interesse, suas aptidões e tendências, quem deve ser o centro da ação pedagógica (ROMANELLI, 1986, p. 146).

Desse modo, a questão do método de ensino não é o foco da sua análise, que se concentra na relação entre o Manifesto e a ruptura política de 1930 buscando o seu significado e importância no contexto das mudanças que o Brasil vivia. Baseando-se nas teorias de Florestan Fernandes e Octávio Ianni, ela afirma:

se aceitarmos que sociedade brasileira, após 1930, iniciou a liquidação da velha ordem oligárquica, sem no entanto eliminá-la totalmente, desde que concordemos com que o poder passou a ser estruturado e as lideranças manipuladas de forma que acomodavam velhas e novas posições; enfim, desde que admitamos que o regime se estabeleceu à base do compromisso tácito entre o velho e o novo, é incontestável que, na estrutura então vigente do sistema educacional, o movimento renovador representava a nova ordem de coisas e a oposição ao tradicional. Constituía ele, na verdade, no terreno da educação escolarizada, a vanguarda, aquilo que na política era representado pela ala jovem dos tenentes e da classe média. Estava a favor da ordem que se implantava e não a questionava. Mas estava também consciente da defasagem existente entre a nova situação econômica e social e a escola tradicional. A sua luta era contra a escola tradicional, não contra o Estado burguês (ROMANELLI, 1986, p. 151).

Nesse trecho, Otaíza Romanelli reconhece claramente o caráter progressista do Manifesto afirmando ser ele no terreno da educação escolarizada a “vanguarda”, aquilo que na política era representado pelo tenentismo, ou seja, a ruptura com a ordem oligárquica vigente no Brasil até 1930. Para ela, o Manifesto estava a favor da ordem que se implantava, era contra a escola tradicional, não contra o Estado burguês.

O segundo livro a ser analisado é *Escola e democracia*, de Dermeval Saviani, lançado em 1983, e que já ultrapassou quarenta edições. Esse feito é absolutamente surpreendente considerando o mercado editorial brasileiro e a baixa afeição por leitura como elemento cultural da nossa sociedade. Pequeno, em formato de edição de bolso e composto por 96 páginas, esse livro logo ganhou corações e mentes. Diferentemente do livro de Otaíza Romanelli, sua influência na pesquisa em educação brasileira é admirável. Pela sua presença nos debates, fóruns, citações em artigos, teses, dissertações, e além disso, pela própria presença de seu autor, Dermeval Saviani, como a mais importante referência da educação brasileira

contemporânea, fundador do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) e co-fundador da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), o livro *Escola e democracia* pode ser classificado como um dos que, até hoje, maior influência exerceu no campo do ensino e da pesquisa em educação brasileira.

Classificando a Escola Nova na categoria de teorias não críticas da educação, Saviani desenvolveu os temas “A escola nova não é democrática” e “Escola Nova: a hegemonia da classe dominante”, afirmando que o lançamento do Manifesto dos Pioneiros “é marco da ascendência escolanovista no Brasil, movimento este que atingiu o seu auge por volta de 1960” (SAVIANI, 1985, p. 54). Com base na análise de Jorge Nagle sobre o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”, Saviani sustenta que até o final da década de 1920, no contexto de efervescência política e de movimentos populares, “se pensava a escola como instrumento de participação política, isto é, se pensava a escola como uma função explicitamente política” (SAVIANI, 1985, p. 55). Nesse ponto, ele menciona a riqueza política da década de 1920 com seus movimentos populares, que também reivindicavam educação e prossegue:

Com o escolanovismo, o que ocorreu foi que a preocupação política em relação à escola refluíu. De uma preocupação em articular a escola como um instrumento de participação política, de participação democrática, passou-se para o plano técnico-pedagógico (SAVIANI, 1985, p. 55).

Nessa linha de análise, ele conclui:

Em suma, o momento de 30, no Brasil, através da ascensão do escolanovismo, correspondeu a um refluxo e até a um desaparecimento daqueles movimentos populares que advogavam uma escola mais adequada aos seus interesses. E por que isto? A partir de 30, ser progressista passou a significar ser escolanovista. E aqueles movimentos sociais, de origem, por exemplo, anarquista, socialista, marxista, que conclamavam o povo a se organizar e reivindicar a criação de escolas para os trabalhadores, perderam a vez, e todos os progressistas em educação tenderam a endossar o credo escolanovistas (SAVIANI, 1985, p. 55).

Notemos que o autor elabora uma interpretação completamente diferente da de Otaíza Romanelli, pois, cria a expressão “escolanovismo” e a classifica negativamente por ter posto fim às iniciativas marxistas, socialistas, anarquistas que representavam o interesse dos trabalhadores, ao passo que, para ela, o Manifesto é progressista porque inova ao tratar da educação como questão social.

No capítulo “A teoria da curvatura da vara”, Saviani desenvolve a tese intitulada “do caráter científico do método tradicional e do caráter pseudocientífico dos métodos ativos” na qual argumenta que ensino não é pesquisa e, adiante, propõe superar tanto um quanto outro método, por meio de uma “pedagogia empenhada decididamente em colocar a educação a serviço da transformação social” (SAVIANI, 1985, p. 79). No capítulo “Para além da curvatura da vara”, o autor propõe ultrapassar a Escola Nova, não regredindo à pedagogia tradicional, mas indo em direção a uma nova pedagogia.

Assim, mais preocupado com as teorias pedagógicas, o autor centrou a sua crítica no método de ensino não abordando diretamente a proposição do Manifesto de escola única, laica, pública, integral, estatal e universal dos 7 aos 15 anos para todos. De certo modo, ao focalizar o método e minimizar essa bandeira, o livro de Saviani inverteu a visão que havia marcado a nascença do Manifesto, isto é, a defesa da escola pública laica. Tal defesa, como citado, aparece na primeira frase expressando que “na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação” (AZEVEDO, Fernando e outros, 1960, p. 108).). A visão marxista adotada por Saviani, contudo, criticou no Manifesto a concepção idealista de educação e sua matriz burguesa.

Pelas polêmicas que suscitou, dentre as quais a afirmação de que a Escola Nova não é democrática, na edição comemorativa de vinte e cinco anos do livro, Saviani esclareceu a origem de sua inspiração para tal abordagem e o contexto que originou o texto, ou seja, uma palestra ministrada em 1980 no simpósio da I Conferência Brasileira de Educação (CBE). Afirmou Saviani:

Partindo da suposição de que o ideário da Escola Nova havia se tornado hegemônico e, nessa condição, havia ganhado a cabeça dos professores, imaginei que a esmagadora maioria das mais de mil cabeças que compunham a plateia do simpósio havia aderido ao escolanovismo (SAVIANI, 2008, p. 79-80).

Com base nessa suposição que passou a influenciar pesquisas na Pós-Graduação, uma forte rejeição foi desenvolvida contra a Escola Nova entre pesquisadores alinhados à interpretação contida em *Escola e Democracia*, o que, em consequência, gerou combate ou desprezo ao Manifesto de 1932. Decorrente de sua influência e do fato de que a Escola Nova passou a ser um tema dos mais pesquisados nos Mestrados e Doutorados na década de 1990, grandes e intermináveis polêmicas se desenrolaram no ambiente acadêmico. De um lado, a classificação feita por *Escola e democracia*; de outro, pesquisas que trouxeram à tona novas

interpretações e a importância de signatários que estiveram na origem do Manifesto e da Escola Nova no Brasil, como Pascoal Lemme, por exemplo.

Devido a isso, na edição comemorativa de 2008, Saviani afirmou:

Em minha leitura do ‘Manifesto’, a idéia central que sempre vem à tona é a de que se trata de um documento de política educacional em que, mais do que a defesa da Escola Nova, está em causa a defesa da escola pública. (...) E esta me parece ser uma originalidade do caso brasileiro (SAVIANI, 2008, p. 77).

Mais adiante, o autor afirma que o Manifesto “sob alguns aspectos, chegou mesmo a ultrapassar a concepção liberal burguesa de educação, incorporando propostas que se inserem na tradição pedagógica socialista” (SAVIANI, 2008, p. 81).

Essa reavaliação, contudo, não reverteu a prevalência da interpretação da primeira edição (1983), fato corroborado pelo número e frequência de citações em teses e dissertações, observação que venho fazendo no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É recorrente a atitude preventiva de jovens pesquisadores filiados à interpretação de Saviani ao se depararem com o Manifesto de 1932, prevenção essa atribuída à posição liberal de seus signatários. Estranhamente, o fato de ele ser uma derivação da concepção burguesa de educação e de ter sido um documento escrito por liberais passou a ser um critério superior ao de sua importância histórica para o contexto da época e para a atualidade na qual o Brasil ainda não cumpriu a tarefa de assegurar escola universal e eficiente para todas as suas crianças e jovens.

A interpretação que dá mais peso à concepção burguesa de educação do que ao fato de que a bandeira da escola pública, laica, universal, para meninos e meninas dos sete aos quinze anos de idade, representa um avanço enorme para o Brasil, continua justificando a precaução contra o Manifesto de 1932. No entanto, se esse argumento se enraíza no marxismo, como explicar que Dewey foi um autor influente entre os marxistas russos no início da Revolução de 1917?

O Manifesto de 1932 no começo do século XXI: por que relê-lo?

Neste tópico, o foco da análise é retirado da área acadêmica e direcionado à política com o intuito de mostrar como autoridades governamentais de esquerda se referiram ao Manifesto de 1932 que, na passagem

da década de 2000 para a de 2010, passou a constar de suas agendas e declarações. Reverenciando-o como marco em defesa da escola pública no Brasil, essas declarações comprovam a teoria sobre a forma como o presente lida com o passado, buscando-o para elucidar questões que ainda requerem solução.

Significativas foram as considerações feitas nas comemorações de março de 2013 na Faculdade de Educação da USP. Na ocasião, o ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, em entrevista concedida a Lisete Arelaro afirmou:

Durante toda a minha gestão no MEC, o Manifesto, para a minha equipe, é uma espécie de livro sagrado, uma agenda que só recentemente o Brasil começa a ver realizada (...). Vivemos duas ditaduras, períodos tensos, enfim, tudo isso adiou essa agenda. Mas, hoje eu penso que há uma consciência nacional sobre isso (HADDAD, 2008).

Na mesma linha, o então Ministro da Educação, Aloizio Mercadante destacou o papel de Fernando de Azevedo como co-fundador da USP, assinalando que ele nunca havia recebido as devidas homenagens e que, por isso, os 80 anos do Manifesto seriam a oportunidade de fazê-lo, acrescentando: “O Manifesto teve papel decisivo, definiu a educação como política laica, e a questão do acesso” (MERCADANTE, 2008).

Chama a atenção nessas duas declarações de políticos da esquerda a forma direta e clara sobre o que, para eles, se configura como essencial do documento, isto é, a sua defesa da educação pública, universal e laica para todos. Mais significativas se tornam tais declarações no contexto atual em que a laicidade vem sendo cada vez mais ameaçada pela ingerência das igrejas na educação.

Por isso, avaliar a atualidade de um Manifesto que completou noventa anos – um senhor respeitável? – nos faz pensar em como o que se escreve é interpretado ao longo do tempo e em como as necessidades e interesses do presente determinam a nossa relação com o passado. E mais ainda: como os desafios do presente fazem com que um mesmo documento seja reinterpretado como um documento “decisivo” pelo fato de que os noventa anos transcorridos desde o seu nascimento não concretizaram sua ideia básica. Como mencionamos, ele foi combatido pelos setores conservadores da sociedade brasileira, incluindo a Igreja Católica, e denunciado como subversivo pelas forças reacionárias no contexto político que desaguou no golpe de Estado de 1937. Décadas depois, foi interpretado por Otaíza Romanelli como um avanço na defesa da escola pública integral para todas as crianças, e por Dermeval Saviani, como não democrático quanto ao método e à teoria pedagógica. Nos últimos anos, o Manifesto vem sendo menos lembrado como uma proposta liberal do que como uma agenda que precisa ser realizada. Pois, segundo os políticos do Partido

dos Trabalhadores aqui citados, entre as várias atualidades do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova divulgado ao povo e ao governo em 1932, destaca-se a ideia de um Sistema Nacional de Educação.

As considerações de Fernando Haddad e de Aloízio Mercadante aproximam-se, portanto, da interpretação de Otaíza Romanelli que, como vimos, realçou exatamente este ponto do Manifesto compreendendo a sua importância para a defesa do sistema nacional de educação. Se adotarmos a perspectiva política segundo a qual uma teoria social deve servir para práticas sociais, interessa mais que ele seja uma bandeira em defesa da escola pública do que um tema de pesquisas que o associam a interesses burgueses.

Tratar esse documento do ponto de vista da abordagem que ele recebeu nesses noventa anos implica, assim, transitar pelas posições políticas e teóricas, de esquerda e ou direita, que historicamente o combateram ou o defenderam, para chegar aos dias de hoje em que emerge com mais evidência e força a interpretação segundo a qual ele representa uma espécie de ideia matricial em defesa da escola pública brasileira.

Conclusões

Este texto foi iniciado com a teoria sobre o por que reescrevemos continuamente a história, abordando a relação entre o presente e o passado. A sua reinterpretação é função dos acontecimentos do passado emergindo no presente, conforme citado na Introdução. De acordo com essa interpretação, podemos acrescentar, porém, que a visão do passado também é função dos objetivos que traçamos para o futuro. No caso em questão, se a construção de um sistema público de educação universal, estatal, laico e gratuito para todas as crianças e jovens brasileiros ainda é uma dívida do Estado para com a maioria de sua população, algo que ainda hoje (presente) precisamos projetar (futuro), temos necessidade de voltar ao passado que seja mais potente para nos inspirar e auxiliar. Por essa razão, é pensando no futuro que devemos evocar o Manifesto dos Pioneiros, já que políticas essenciais em prol da escola pública e, portanto, a favor da maioria do povo brasileiro, ainda não foram suficientemente realizadas.

Conforme foi discutido na Introdução deste artigo, vemos melhor a história na perspectiva do tempo. Conforme Hegel, metaforicamente, a coruja, que representa a deusa Minerva e que carrega toda a sabedoria do mundo só voa ao anoitecer, com o início do crepúsculo. Segundo essa metáfora, podemos compreender melhor um determinado processo histórico, quando ele termina e não durante o seu transcorrer, já que os seus frutos ainda não amadureceram. Quando os seus efeitos emergem sobre o presente, ou seja, quando colhemos os seus resultados é que, então, podemos compreendê-lo em sua inteireza e complexidade. Por

isso, segundo a metáfora, é quando as sombras da noite caem que podemos compreender o dia. De fato, se por um lado, isso é verdadeiro, por outro, não significa que somos incapazes de compreender um processo durante o seu próprio desenrolar. Significa que a interpretação que dele fazemos é uma das hipóteses possíveis e que ela será ou não validada pelo transcorrer do tempo. Só o tempo tornará compreensíveis os elementos que estão difusos no exato momento em que ocorrem e que ficarão claros conforme gerarem os seus resultados.

Interpretar a história em processo, foi o que Marx fez ao estudar as lutas de classe em pleno processo revolucionário francês, dando-nos um exemplo de como analisar o presente. Da mesma forma, no momento em que completamos noventa anos do Manifesto dos Pioneiros, o Brasil passa por um dos seus mais difíceis e conturbados processos políticos durante o qual se desenrolaram as eleições de 2022. A polarização entre esquerda e direita nunca foi tão sectária e destrutiva e nem mesmo durante a ditadura militar esses dois termos foram empregados para dividir o espectro político brasileiro. Esse contexto exigiu uma frente ampla pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e demonstrou que, com a realidade não se negocia, pois ela se impõe. Por esse difícil contexto estar em pleno processo, não somos capazes de compreendê-lo? Com esforço, podemos e devemos. Mas, por estar acontecendo no mesmo momento em que nos esforçamos para decifrá-lo, as nossas interpretações serão provisórias, possibilidades, hipóteses. Somente o desenrolar dos próprios acontecimentos que configuram o processo histórico, ao gerar os seus resultados, é que mostrará qual dessas interpretações tinha mais potencial. A história, portanto, é um conjunto de possibilidades, não podemos saber *a priori* qual delas se efetivará.

A propósito e para finalizar, recorro à interessante crônica sobre a metáfora da coruja de Minerva, escrita por Luis Fernando Veríssimo: “O que Hegel quis dizer (eu acho) é que qualquer período histórico só pode ser compreendido quando está no fim, e que a filosofia sempre chega tarde para explicá-lo” (VERÍSSIMO, 2013). Para o cronista, no fundo, as teses hegelianas não passavam do voo tardio de uma coruja inútil. Por sua vez, segundo ele, Marx, aquele outro alemão denso, escreveu que os filósofos não podiam mais se contentar em interpretar o mundo, e, sim, deveriam tentar mudá-lo. Ele reivindicava, assim, um voo mais consequente da coruja e um aproveitamento mais prático da sua sabedoria. O que Marx propunha era que a coruja, voando mais cedo, vencesse o vasto abismo que separava a filosofia da política. Um abismo que não começara com Hegel, mas existe desde que Platão, desgostoso com a execução de Sócrates, renunciara à atividade política. Em sua crônica, finaliza Veríssimo:

O que Hegel diz com sua metáfora é o óbvio, que a gente vive para frente mas compreende para trás, e que nenhuma filosofia ajuda a percorrer o caminho já percorrido. Na sua crítica, Marx sustenta que o caminho percorrido nos mostra para onde ir e que a filosofia é que diz isso para a História. Por mais atrasada que chegue a coruja. (VERÍSSIMO, 2013).

Referências

AZEVEDO, Fernando de et al. A Reconstrução Educacional no Brasil: ao povo e ao governo (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. XXXIV, n. 79, p. 108-127, jul.-set., 1960.

BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. **A Educação Negada. Introdução ao estudo da Educação Brasileira Contemporânea**, 2^a ed., S. Paulo: Cortez Ed., 1997.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais**, 2^a ed., São Paulo, Cortez Ed., 1984. . (Coleção educação universitária).

FERREIRA Jr., Amarílio. O Bloco Operário-Camponês e a educação. **Jornal da Cidade**. Campo Grande, 17-23 junho, 1990, p.2- 3.

HADDAD, Fernando. Entrevista. **80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação**. São Paulo, IPTV USP, 2008.

MERCADANTE, Aloizio. Entrevista. **80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação**. São Paulo, IPTV USP, 2008.

LEMME, Paschoal. **Memórias de um educador**. 2^a ed.. Brasília: INEP, 2004. V.2.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**, S. Paulo, EPU/EDUSP, 1974.

PEREIRA, Astrojildo. Bloco Operário e Camponês. In: _____. **Ensaios históricos e políticos**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979. p. 109-126.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1985, 7^a ed.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. 4^a ed. Tradução: Maria Paula Duarte. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

SEGENREICH, Stella Cecília D. Otaíza de Oliveira Romanelli. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jáder de Medeiros (Orgs). **Dicionário de educadores no Brasil**: da Colônia aos dias atuais. 2^aed.,. Brasília: INEP; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. p. 867-878.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. **A coruja de Hegel**. Blog do Noblat. Acessado em 11 out. 2022.

XAVIER, Maria do Carmo (Org.). **Manifesto dos pioneiros da educação**: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Submetido: 13/11/2022

Aceito: 04/04/2023